

Miradas CRU ZA DAS

Compiladores
Editores

Fabio Enrique Pereira
Universidade de Brasilia - Brasil

Elba Andrea Pedernera
Olga Lucero

Jorge Duperré
Universidad Nacional de San Luis

Universidad Nacional de San Luis

Rector: CPN Víctor A. Moriñigo

Vicerrector: Mg. Héctor Flores

Compiladores/Editores

Fábio Henrique Pereira, Universidade de Brasília, Brasil

Elba Andrea Pedernera, Olga Lucero y Jorge Duperré,

Universidad Nacional de San Luis, Argentina

Coordinadores

Marcela Navarrete y Claudio Lobo

Proyecto de Investigación PROICO N° 4 1820 La comunicación en sociedades mediatizadas: discurso, cultura y poder de la Universidad Nacional de San Luis.

Fábio Henrique Pereira

Programa de Pós-graduação em Comunicação de la Universidade de Brasília

Prohibida la reproducción total o parcial de este material sin permiso expreso de NEU



RED DE EDITORIALES
DE UNIVERSIDADES
NACIONALES



Universidad
Nacional
de San Luis

Compiladores/Editores

Fábio Henrique Pereira
Universidade de Brasilia, Brasil

Elba Andrea Pedernera, Olga Lucero y Jorge Duperré
Universidad Nacional de San Luis, Argentina

Miradas cruzadas: Argentina y Brasil en tiempos de pandemia

Miradas cruzadas: Argentina y Brasil en tiempos de pandemia / Fábio Henrique Pereira... [et al.]; Compilación de Fábio Henrique Pereira... [et al.] - 1a edición bilingüe - San Luis: Nueva Editorial Universitaria - U.N.S.L., 2024. Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
Edición bilingüe: Español; Portugués.
ISBN 978-987-733-399-2

1. Comunicación. 2. Educación Cultural. 3. Discursos. I. Pereira, Fábio Henrique, comp.
CDD 306.098

Nueva Editorial Universitaria

Avda. Ejército de los Andes 950
Tel. (+54) 0266-4424027 Int. 5197 / 5110
www.neu.unsl.edu.ar
E mail: unslneu@gmail.com

Director Administrativo

Sr. Omar Quinteros

Administración

Prof. Nahuel Sirur Flores

Dpto de Imprenta:

Sr. Sandro Gil

Dpto. de Diseño:

Tec. Enrique Silvage
DG Nora Aguirre

Diseño de Tapa: Cecilia Rodoni

Diagramación: Eliana Puertas

ISBN 978-987-733-399-2

Queda hecho el depósito que marca la ley 11.723

© 2024 Nueva Editorial Universitaria

Avda. Ejército de los Andes 950 - 5700 San Luis

Índice

- 19** | “Infodemia, cobertura midática e desinformação científica na Argentina e Brasil: uma análise comparativa”
Fábio Henrique Pereira y Ana Pamela Paz García.
- 55** | “Tecnologías de Información y Comunicación en pandemia, ¿herramientas de inclusión para mujeres de sectores populares?”
Nelva Farinazzo; Olga Lucero; Elba Pedernera y Florencia Cacace.
- 71** | “Twitter como estratégia discursiva de combate à pandemia de Covid-19: uma análise dos tuítes presidenciais de Jair Bolsonaro e Alberto Fernández entre março de 2020 e junho de 2021”
Ricardo de Alcântara Dantas.
- 98** | “La pandemia en memes: una aproximación desde el humor hipermediático en la producción risible del colectivo EAMEO en Argentina”
Pablo Daniel Parra; Marcela Haydeé Navarrete y Claudio Tomás Lobo.
- 137** | “O mundo social do midiativismo feminista no Brasil e os impactos da pandemia. El mundo social del mediactivismo feminista en Brasil y los impactos de la pandemia”
Mariana Fagundes Ausani
- 161** | “Discursos políticos y pandemia: un análisis Semiótico de los enunciados del Presidente argentino Alberto Fernández (2020-2021)”
Julián Agustín Jesús Robles Ridi.

Infodemia, cobertura midiática e desinformação científica na Argentina e Brasil: uma análise comparativa

Fábio Henrique Pereira¹

Ana Pamela Paz García²

Resumen:

Este estudo explora e compara a desinformação científica durante a pandemia de Covid 19 na mídia argentina e brasileira. Analisa os recursos mobilizados por um conjunto de “empreendedores de causa” para transformar essa situação em um problema público: a infodemia. Este capítulo propõe uma análise quantitativa de conteúdo da mídia generalista e especializada em ambos os países 2020, com foco nas categorias temáticas mobilizadas pela mídia para enquadrar esta questão e no papel desempenhado pelos empreendedores de causa que emergiram como fontes de informação no período analisado. Os resultados destacam que a infodemia foi promovida por grupos semelhantes de empreendedores de causa internacionais (OMS, cientistas). Além disso, em ambos os países, a infodemia foi discutida principalmente por atores do campo

¹Doutor em Comunicação. Titular da Cátedra de jornalismo científico da Universidade Laval (Canadá) e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Especialista em sociologia do jornalismo, é autor dos livros: *Jornalistas-intelectuais no Brasil* (Summus, 2011), *As diferentes maneiras de ser jornalista* (Editora UnB, 2020) e *Um journaliste em ligne mondialisé: sociohistoire comparative* (com Florence Le Cam, Presses Universitaires de Rennes e Editora Insular, 2022). E-mail fabio-henrique.pereira@com.ulaval.ca

²Doutora em Estudos Sociais da América Latina e Mestre em Sociologia (Universidad Nacional de Córdoba). Atua como pesquisadora no IIPsi, UNC/CONICET e é professora na Universidad Católica de Córdoba. Sua linha de trabalho inclui a análise de processos mediatizados da informação política, consumo ideológico dos meios de comunicação de massas e dinâmicas psico-sócio-comunicativas da opinião pública, no âmbito das metodologias mistas. E-mail: pamela.pazgarcia@unc.edu.ar

médico/científico e político/governamental. Na Argentina, essa cobertura deu mais espaço a atores individuais, como médicos e acadêmicos, enquanto, no Brasil, a cobertura privilegiou as associações médicas e científicas. Este estudo procurou distanciar-se da visão normativa e/ou naturalizada da desinformação, particularmente da desinformação científica, ao mostrar o quanto este tema emerge no espaço público como resultado de um importante trabalho de promoção e de legitimação desse problema realizada por atores diretamente envolvidos no debate.

Palavras-chave: Infodemia – desinformação científica – problemas públicos – empreendedores de causa – jornalismo – estudos comparativos

Introdução

Este capítulo explora e compara como a mídia argentina e brasileira representou a questão da infodemia relacionada à pandemia de Covid 19. Em uma declaração conjunta da Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Cruz Vermelha, entre outros organismos internacionais que atuam na construção da agenda pública global em saúde pública, definiu-se o termo infodemia como “una sobreabundancia de información, en línea o en otros formatos, e incluye los intentos deliberados por difundir información errónea para socavar la respuesta de salud pública y promover otros intereses de determinados grupos o personas” (OMS, 2020a, online). Esse tipo de informação “errônea e falsa” pode prejudicar a saúde física e mental das pessoas, ampliar a estigmatização e afetar o cumprimento de medidas de saúde pública, entre outras situações que colocam sob risco a capacidade de os países de combaterem a pandemia.

Este estudo não lida diretamente com a desinformação e suas consequências para a sociedade. Ele busca entender como a infodemia foi inserida na agenda pública internacional. Mais especificamente, parte de uma abordagem baseada na sociologia dos problemas públicos para analisar os recursos mobilizados por atores dos campos jornalístico, científico e político - chamados aqui de “empreendedores de causa” - para converter uma situação em um problema público: a infodemia. O artigo é baseado em uma análise quantitativa e qualitativa de conteúdo do discurso jornalístico de veículos de mídia generalistas e especializados do Brasil e da Argentina que abordaram a temática da desinformação científica relacionada ao Coronavírus ao longo do ano de 2020. Nesse caso, o jornalismo e a mídia não são considerados apenas como espaço de mediação e repercussão desse debate público; são também atores ativos desse processo de promoção do problema da infodemia. Ao condenar os efeitos negativos da desinformação na sociedade, buscam legitimar suas reivindicações como produtores de um discurso “verdadeiro” e “credível” no espaço público.

Também é preciso destacar que a infodemia pode ser considerada um problema público *transnacional*. Ela foi anunciada e promovida por instituições de governança internacional, no contexto de uma pandemia global, e que deu origem a uma forte circulação de conteúdos científicos de desinformação em diferentes países do mundo.

A pesquisa se insere, portanto, em um esforço de nos distanciarmos de uma leitura normativa sobre a infodemia para nos focarmos nos processos sociais que levaram

à construção dessa temática como um problema público transnacional, presente nas agendas midiáticas argentina e brasileira - e certamente de vários outros países.

Para avançar com esse objetivo, este artigo busca apresentar o cenário de inserção da infodemia na agenda pública latino-americana, a partir da declaração inicial da OMS sobre o problema da desinformação associada à Covid-19. Em seguida, discutiremos os principais aspectos da perspectiva sociológica da construção dos problemas públicos, abordagem que embasa nossas discussões. Os resultados analisam e comparam a evolução da cobertura, as temáticas e as fontes mobilizadas pelos veículos de mídia argentinos e brasileiros.

A inserção do fenômeno da “infodemia” na agenda pública

Na última década, os países da América Latina, particularmente Brasil e Argentina, têm passado por profundas transformações na governança e na política dos sistemas e organismos de ciência, tecnologia e inovação. Suas estruturas têm sido fortemente afetadas por processos de liberalização e desregulação econômica. Por isso, o meio científico é pressionado a justificar, do ponto de vista econômico e social, os recursos públicos investidos no desenvolvimento da ciência devendo, além disso, mediatizar os resultados de suas investigações. Nesse embate entre a valorização e o desconhecimento da ciência, se complexificam também os desafios institucionais face aos ataques corporativos a evidências científicas e outras desordens informacionais (Del Fresno, 2019), que contrastam com os esforços em termos de políticas de comunicação científica, de ciência aberta e de acesso ao conhecimento.

Embora alguns setores - ainda minoritários - tenham incorporados crenças ou práticas que atentam contra o consenso científico ou recusam evidências científicas em áreas específicas (vacinas, mudanças climáticas, teoria da evolução, etc.), o crescimento da Internet levou a uma expansão do acesso de numerosos grupos sociais a fontes diversas de conteúdos científico-tecnológicos, que incluem “versões on-line dos meios de comunicação generalistas e especializados, plataformas de instituições de ciência e tecnologia, de amadorismo científico ou ainda redes sociais” (Polino & Castelfranchi, 2019, p. 121). Assim, as plataformas digitais imprimem às crises de informação um ritmo sem precedentes por conta da alta velocidade de propagação, baixo custo e amplo alcance.

Dentre as evidências empíricas que fundamentam o fenômeno da infodemia, a Unesco destaca que, somente em 2020, dos 112 milhões de posts publicados em 64

idiomas em distintas redes sociais, 40% provinham de fontes pouco confiáveis; 42% dos mais de 178 milhões de tweets sobre o tema foram produzidos por bots. Dos cerca de 50 milhões de tweets analisados por meio de inteligência artificial, 19 milhões (38% do total) foram considerados como “informação ou conteúdo manipulado”, além de e 8 milhões de e-mails fraudulentos terem sido bloqueados por dia pelo Google através do Gmail. Trata-se da primeira pandemia da história da humanidade em que novas tecnologias de comunicação de massa e personalizada, como as plataformas e redes sociais, oferecem à mais da metade da população mundial (mais de 4,5 bilhões de pessoas) volumes de informação sem precedente a um ritmo de produção e circulação nunca antes visto. Isso explica porque o problema da infodemia emergiu nas declarações da OMS ainda em fevereiro de 2020 (OMS, 2020a), um mês antes da declaração de pandemia por Covid-19 pela mesma Organização (OMS, 2020b). Para falar de infodemia, a OMS considerou alertas anteriores sobre esse problema em outras crises e epidemias, como foi o caso do ebola na África, no início dos anos 1990.

Assim, no site da OMS incluem-se desde iniciativas e campanhas para denunciar notícias falsas em redes sociais até guias informativos e atualizações permanentes sobre tratamentos, medicamentos, práticas de prevenção e luta contra o vírus. Sobre a desinformação como uma problemática pública anterior ou de maior amplitude, certas “mega-tendências” dão conta de sua complexidade estrutural na atualidade: as crescentes desigualdades, a polarização política, a perda de confiança na ciência, as bolhas ideológicas de consumo de informação, a hiper fragmentação dos meios e das audiências (Scheufele & Krause, 2019). Estes são alguns fatores que, nos últimos anos, ampliaram as possibilidades sociais de se expor à informação falsa ou incorreta, a partir da perspectiva da desinformação. Nesse sentido, chama-se a atenção sobre a necessidade de se analisar sistematicamente como se produz a comunicação científica em novos ambientes midiáticos e culturais.

A desinformação como um problema público

O fenômeno da desinformação não é novo tanto no campo do jornalismo (Tandoc et al., 2018) como no da ciência (McLean & Girling, 2017). O aumento de sua presença nesses espaços tem sido associado à emergência de um novo ecossistema midiático, mais fragmentado, e que permite a personalização e a customização de conteúdos em função dos interesses das audiências (Correia et. al, 2019; Moretzsohn, 2019; Swire-

Thompson & Lazer, 2020; Waisbord, 2018), independente da sua relação com os fatos. Nesse caso, destaca-se o uso das mídias sociais na circulação de conteúdos com forte apelo emocional e capazes de provocar uma relação de proximidade com os públicos (Delmazo et al., 2018; Bakir & McStay, 2018). Conteúdos com desinformação também se caracterizariam pela sua capacidade de viralização e o seu uso como fonte de monetização por veículos de mídia que adotam estratégias de *clickbait* (Bazaco et al., 2019; Braun & Eklund, 2019).

Ao mesmo tempo em que as condições de circulação de conteúdos com desinformação têm se alterado nos últimos anos, observamos um forte aumento da midiaticização do tema a partir de 2016 - muitas vezes pelo uso indiscriminado do anglicismo *fake news*. Tratar (e combater) a desinformação tem se tornado, desde então, um tema recorrente da agenda midiática (Humprecht, 2020), o que explica em parte, o aumento do interesse acadêmico pelo assunto (Lee, 2016; Spohr, 2017; Wang et al., 2020) e sua inclusão na agenda pública de alguns países³.

No contexto argentino, são incipientes os estudos sobre processos de circulação e efeito das notícias falsas, contudo, alguns trabalhos sobre temáticas pontuais destacaram as dinâmicas de viralização desse tipo de informação intencionada, bem como o uso de conteúdos de desinformação em contextos políticos, principalmente via redes sociais. Assim, Clavero (2018) analisa o caso dos posts falsos do Facebook, revelando estratégias distintas de uso, incluindo a descontextualização, a construção de relatos que visem provocar fortes reações emocionais, e o oportunismo no uso de imagens, em um cenário de contextos políticos particularmente críticos ou sensíveis à opinião pública. Nesse tipo de conjuntura, destaca-se o uso de informações com certo “semblante pseudocientífico”, cuja aplicação a esse tipo de notícia parece funcionar como um “cavalo de Tróia”, ao mesmo tempo em que a plataforma do Facebook detém um poder de “atração para direcionar as pessoas a websites de notícias falsas” (Clavero, 2018, p. 178).

Cabe assinalar que, na Argentina, a rede social Facebook mantém sua posição de liderança (Zuazo, 2018) em um cenário de consumo de conteúdos em que 88 de cada 100 argentinos possuem celulares e 85 em 100 possuem acesso à web (INDEC, 2021). Com a pandemia da Covid-19 e em um contexto em que infodemia é um problema-chave, o governo argentino implementou um projeto em parceria entre a Agencia Nacional de Noticias (TÉLAM) e o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

³ No Brasil, o problema das *fake news* já virou objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, bem como uma investigação aberta no Supremo Tribunal Federal, e de um projeto de lei de combate a esse problema, aprovado pelo Senado Federal e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

(CONICET) para combater todo tipo de notícias falsas sobre a pandemia. Foi criada, assim, a plataforma CONFIAR, que publica informes on-line desde abril de 2002, com o objetivo de “mitigar la proliferación de Fake news, a causa del desconocimiento, las incógnitas sobre el propio Coronavirus e, incluso, los prejuicios” (Jefatura de Ministros de la Nación, 2020, on-line). Trata-se, sem dúvidas, de iniciativas do setor governamental, e no contexto de uma rede relevante de atores cujos discursos merecem questionamentos no contexto internacional e comparativo, foco deste estudo.

Argumenta-se, portanto, que existe um processo em curso de promoção da desinformação como um problema público, incluindo de conteúdos falsos sobre ciência. Esse cenário se intensificou-se no contexto da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid 19. Assim, a declaração da Organização Mundial de Saúde sobre o problema da infodemia representa como um marco importante para os debates públicos sobre a desinformação científica ligada ao Coronavírus em um contexto transnacional.

Esta constatação - de que haveria um conjunto de ações de sensibilização e combate em relação à infodemia - serve como ponto de partida para a reflexão proposta aqui. Ele considera a desinformação científica a partir da lógica da construção dos problemas públicos, concentrando-se nas dinâmicas sociais que explicam sua mediação. Nosso foco são as modalidades de agendamento desse problema nos espaços públicos nacionais, bem como as estratégias de sensibilização da opinião pública e da agenda político-governamental.

Para dar conta desses objetivos, recorreremos à perspectiva construtivista dos problemas públicos proposta por Neveu (2015) e com lastro na tradição sociológica estadunidense da construção dos “*social problems*” (Best, 2010; Blumer, 1971). Ela busca desnaturalizar a emergência desses problemas, situando-os como produto da atividade humana, resultado das relações de associação e conflito entre um grupo de atores sociais classificados como “empreendedores de causa” (“*entrepreneurs de cause*” ou “*claim makers*”), que se mobilizam na transformação de certos fatos em problemas. Assim, “um problema público nasce da conversão de um fato social em objeto de preocupação e de debate, e eventualmente, de ação pública” (Neveu, 2015, p. 15).

Segundo Neveu (2005), a construção de um problema público se inscreve em uma sequência temporal de eventos que permitem estruturar um percurso recorrente na configuração desse processo, organizado a partir de cinco operações: *identificação*, *enquadramento*, *justificação*, *popularização* e *desenvolvimento de políticas públicas*. Este artigo centra-se particularmente nas operações de justificação e popularização do problema da infodemia, tentando compreender os recursos mobilizados pelos empreendedores de causa nacionais e internacionais para promovê-la como um tema de interesse

comum, por meio da sua inserção nas agendas pública e midiática. Busca-se, por meio de um estudo comparativo sobre a cobertura da pandemia pela mídia argentina e brasileira, revelar as estratégias empregadas por atores dos campos midiático, médico-científico e político-governamental envolvidos nesse processo.

Nesse sentido, duas perguntas de pesquisa orientam este estudo: Como a mídia argentina e brasileira representou o problema da infodemia durante os seis primeiros meses da cobertura da pandemia de Covid-19? e Quais foram os empreendedores de causa mais importantes nessa cobertura e como eles buscaram justificar e popularizar esse tema como um problema público?

Para responder a essas questões, analisou-se comparativamente o conteúdo das versões digitais de três jornais argentinos e três brasileiros. O foco foram os meta-discursos sobre a desinformação relacionados à pandemia do Covid-19, buscando explorar suas similaridades e diferenças de forma a revelar a dimensão transnacional do problema. De certa forma, este artigo busca, construir um referencial teórico-metodológico, que permita desenvolver uma meta-análise sobre o fenômeno da infodemia, baseada em uma associação entre as perspectivas do *newsmaking*, agenda-setting e a sociologia construtivista dos problemas públicos a partir de uma perspectiva de comparação transnacional.

Metodología

Comparando o jornalismo na Argentina e Brasil

A decisão por comparar Argentina e Brasil seguiu a lógica do “the most similar cases” (Hirschl, 2005); ou da comparação entre países análogos (Vigour, 2005). De modo geral, os dois países caracterizam-se por uma forte concentração da propriedade dos meios de comunicação (Barreto, 2018; Mastrini & Becerra, 2010), reforçada por uma concentração geográfica das organizações jornalísticas (em Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo) e por sistemas de mídia sensíveis à polarização política que marca essas duas sociedades (Cf. Albuquerque, 2006; Hallin & Mancini, 2004). Face a esse cenário, os governos centrais argentino e brasileiro têm pouco poder (ou interesse) em regular a mídia privada. Além disso, os dois países desenvolveram modelos de radiodifusão pública de incipientes e de alcance limitado.

Nos últimos anos, em razão dos processos de digitalização da mídia, Argentina e Brasil vivenciaram um aumento da constelação de organizações jornalísticas alternativas

e independentes (Grohmann, 2020; Grohmann et al., 2019; Salaverría et al., 2019) e de movimentos midiativistas de democratização da comunicação (Ganter & Paulino, 2020). Ao mesmo tempo, veículos da mídia *mainstream* têm sofrido com a crise do modelo de negócios, o que tem levado a uma forte contração do setor e do mercado de trabalho dos jornalistas. Nos dois países, os jornais também sofrem com uma crise de credibilidade junto à população, provocada pelo ambiente político polarizado e pela proliferação do uso de redes sociais na produção e circulação de informações.

A cobertura do Covid na Argentina

A Argentina reportou o seu primeiro caso de Covid-19 em 03/03/2020. A primeira - e polêmica - medida do governo federal de enfrentamento à crise sanitária foi o Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO)⁴, decretado em 20 de março daquele ano mediante uma disposição normativa que seria prorrogada intermitentemente até 20 de julho e, mais tarde, em vários momentos críticos do primeiro semestre de 2021. Esta estratégia de confinamento obrigatório colaborou para ampliar o consumo de informações sobre a Covid-19 em redes sociais - particularmente via Instagram entre os mais jovens (Nielsen et al., 2020) - com um alto nível de confiança em relação a cientistas e especialistas, com nível médio de confiança frente às fontes governamentais e os meios de comunicação, e consistentemente menor em relação às pessoas comuns.

Nesse contexto, a mídia assumiu um caráter monotemática, evidenciando a alta relevância e presença na agenda de textos sobre o Coronavírus (6 de cada 10 notícias postadas on-line tratavam do tema), em um cenário de tematização focado fundamentalmente na questão sanitária (Zunino & Arcangeletti Yacante, 2020). Essa agenda foi construída quase que exclusivamente com base no discurso oficial do governo central. Por isso, embora os “picos” de atenção da cobertura tenham sido associados aos anúncios governamentais de extensão ou de modificação do isolamento ou do distanciamento

⁴ Sobre o assunto, é possível consultar as normas oficiais publicadas como o decreto nº 297/2020: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-297-2020-335741> e os sucessivos decretos: nº 325 e 355 (abril), nº 408 e 459 (maio), nº 493 e 520 (junho). Com esse último decreto, começa a vigorar o DISPO (Distanciamiento Social, Preventivo y Obligatorio), aplicando o ASPO de modo restrito a populações com indicadores epidemiológicos observáveis e incorporando sucessivas decisões administrativas que autorizam a retomada progressiva de atividades em distintas jurisdições.

social, em termos valorativos, o tratamento pela mídia foi predominantemente crítico: de uma valoração inicialmente positiva das medidas do governo nacional durante as três primeiras semanas do confinamento, seguiu-se uma mudança de tendência a uma valoração negativa. Sobre esse ponto de inflexão na cobertura jornalística, cabe destacar que a denúncia de casos de corrupção estatal e a exposição - por erros de planejamento - de populações vulneráveis ao contágio do vírus, representaram em acontecimentos centrais para uma redefinição da valoração da gestão por parte do governo nacional (Zunino & Arcangeletti Yacante, 2020).

A cobertura do Covid no Brasil

Em 19/02/2020 foi registrado o primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil. As incertezas provocadas pelo que seria a primeira grande pandemia do século XXI foram agravadas por um cenário de crise das políticas públicas de ciência e tecnologia, resultado dos confrontos entre a comunidade científica e o governo federal. Felizmente, o Brasil já dispunha de um campo de comunicação e do jornalismo científico relativamente consolidados (Massarani et al., 2013), dispendo de um know-how construído com a cobertura de outras epidemias que atingiram o território nacional nos anos anteriores, como dengue, febre amarela e Zika (Malinverni, 2017; Moares et al., 2017; Teixeira, 2018).

A maior parte dos meios de comunicação adotaram uma posição de confronto em relação ao governo federal (Renault, 2020), que se intensificou à medida em que a presidência da república adotava posições negacionistas ou em defesa de tratamentos sem eficácia comprovada (Tavares et al., 2020). Por sua vez, o governo federal contou com o apoio de alguns veículos de mídia leais ao presidente Bolsonaro, além de ter se utilizado de estruturas de difusão de desinformação, criadas por ocasião das eleições de 2018 (Ricard & Medeiros, 2020).

Essa tensão levou a uma forte politização da cobertura. Nesse cenário, boa parte das empresas de mídia recorreu ao discurso de diferentes atores políticos e da comunidade científica para se posicionarem contra a retórica do presidente e seus ministros. Essa polarização político-midiática vai se refletir nas posições comunidade médico-científica, dividida entre os apoiadores do posicionamento do governo federal⁵, e aqueles que vão se alinhar ao discurso hegemônico da ciência internacional.

⁵ É o caso da associação Médicos Pela Vida, que se posicionou em defesa do chamado “tratamento precoce”, baseado em medicamentos sem eficácia comprovada contra o vírus, como a cloroquina e a ivermectina.

Constituição do corpus

A comparação foi operacionalizada por meio de uma análise de conteúdo (Díaz Herrera, 2018; Piñuel Raigada, 2002) sobre a infodemia pelas mídias argentina e brasileira. O corpus consistiu em materiais informativos e opinativos publicados nas versões digitais de seis veículos jornalísticos, três de cada país. Foram selecionadas mídias nacionais de referência (*Página 12* e *Folha de S. Paulo*), populares (*Clarín* e *Metrópolis*) e especializados em jornalismo científico (*Agência TSS* e *Revista Pesquisa Fapesp*). A escolha do corpus também tentou equilibrar a diversidade de posicionamentos políticos dos meios em relação aos governos dos dois países.

Três períodos foram considerados na análise. O primeiro inclui os 15 dias que se seguiram à declaração da OMS sobre o problema da infodemia (12 a 26/02/2020); o segundo (maio e junho de 2020) trata do período em que a América Latina se tornou o epicentro mundial de difusão da pandemia; finalmente, o terceiro período com a divulgação da vacina russa Sputnik e o início dos testes de fase três das principais vacinas atualmente em uso nos dois países (11 a 25/08/2020).

Por meio da ferramenta de busca dos próprios sites dos jornais foram pesquisadas matérias que tratavam de Covid-19, Coronavírus, Infodemia, Fake news e desinformação. Após uma leitura das matérias, aquelas que não condiziam com o foco deste artigo foram excluídas da amostra. Ao final, foram codificados e analisados 67 itens originários da Argentina e 63 itens originários do Brasil (Quadro 1).

Quadro 1 - Corpus do estudo

País	Jornal	Período 1	Período 2	Período 3
		(fevereiro de 2020)	(maio e junho de 2020)	(agosto de 2020)
Argentina	Clarín	1	20	16
	Página 12	1	13	5
	Agência TSS	0	10	1
Brasil	Folha de S. Paulo	6	28	9
	Metrópoles	3	10	6
	Revista Pesquisa Fapesp	0	1	0

Codificação e definição das categorias de análise

Todos os itens do corpus foram inicialmente codificados, com a inserção da data, nome do veículo de mídia, título, autor, gênero jornalístico e fontes associadas a cada texto. Em seguida, buscou-se observar a recorrência de alguns termos e expressões que permitissem a identificação de categorias comparativas. Este tipo de análise de conteúdo busca “uma redução de categorias analíticas, que pode ser determinado em distribuições de frequência e correlações” (Díaz Herrera, 2018: 126), avaliando sua ocorrência. Com base em um corpus representativo de um produto comunicativo específico, como as notícias publicadas no contexto de uma pandemia, o desenho da pesquisa foi “extenso ou horizontal” (Piñuel Raigada, 2002: 13), centrando-se na interpretação de eventos-chave, classificados por meio das seguintes categorias, recuperadas por meio da aplicação do Atlas.ti como software auxiliar na busca de nós significativos em termos temáticos. São elas:

Anticiência. Faz referência a processos políticos e culturais de descredibilização das atividades e descobertas científicas nos dois países, incluindo efeitos do conservadorismo político e social, da polarização política, dos discursos religiosos, da militância anti-quarentena, anti-máscara e dos movimentos antivacina dos dois países.

Ciência. Trata da mobilização de discursos científicos (por cientistas e jornalistas científicos) como uma forma de problematizar e combater os efeitos da pandemia e da infomeia, contrapondo a desinformação ao discurso científico a priori qualificado como *verdadeiro*. Esta categoria inclui textos com explicações sobre vacinas e materiais de proteção (máscara, álcool 70°), a divulgação de descobertas que buscavam desqualificar tratamentos sem comprovação científica (cloroquina, hidroxicloroquina, CDS) e as menções a políticas nacionais de incentivo à produção e divulgação de trabalhos científicos.

Crise (com foco na infodemia como um problema público). Esta categoria abarca a dimensão política (em um sentido amplo) da infodemia. Trata do papel dos agentes públicos na difusão (e.g. Bolsonaro no Brasil) e no combate de *fake news*, das tensões no interior do Poder Público em relação à comunicação sobre a crise pandêmica, de suas negociações com organismos internacionais (sobretudo a OMS) e com a indústria farmacêutica. Também aborda a forma o papel do jornalismo neste debate, em um contexto de crise de confiança em relação às instituições e seus representantes, incluindo a questão da competência jornalística, as relações de concorrência com os conteúdos que circulam em plataformas e redes sociais e de produção caótica e indiscriminada de informação não-verificada.

Fake news. Trata materialmente de conteúdos com desinformação que circularam durante o período analisado, incluindo a denúncia em relação aos tratamentos contra a Covid sem validação científica (e.g. cloroquina), os falsos tratamentos, e outros conteúdos enganosos associados à pandemia. A categoria enfoca os efeitos sanitários e, sobretudo, sociais da desinformação científica, como situações de percepção seletiva, bolhas ideológicas, vieses de conformação e falsas sensações de segurança provocadas pelos vários tipos de “tratamentos precoces” contra a Covid.

Geopolítica da Infodemia. Trata do contexto de relações entre os países, tanto do ponto de vista binacional - Argentina e Brasil - como de outros países que, de alguma forma, estiveram envolvidos no debate sobre a infodemia (sobretudo China, Estados Unidos e Rússia).

Em seguida, analisou-se a origem empreendedores de causa que participam como *fontes de informação* nas matérias da amostra. A codificação incluiu a abrangência (nacional ou internacional) dessas fontes, seu grau de oficialidade (oficiais ou não oficiais) e de identificação (identificadas, reconhecíveis ou anônimas) (Cf. Lopes et al., 2006). Além

disso, com base em uma adaptação da tipologia proposta por Stroobant et al. (2018) para a análise da cobertura de saúde na Bélgica, identificou-se o setor de origem de cada empreendedor de causa mobilizado neste estudo (ver Livro de Códigos no Apêndice).

Finalmente, para estruturar a análise comparativa dos resultados, foi utilizada a abordagem por “variáveis” (Vigour, 2005). Nela, “o pesquisador identificar parâmetros que lhes parecem relevantes considerando o assunto que ele está estudando, ele então nota a presença ou ausência de cada um deles e sua importância relativa⁶” (p. 236) - neste caso, a presença de temáticas relacionadas à infodemia na cobertura da pandemia da Covid-19 e as fontes mobilizadas pelas mídias dos dois países. Com isso, busca-se explorar a hipótese de que haveria um processo de construção da desinformação científica como problema público transnacional.

Resultados

Com base neste desenho metodológico, a apresentação da análise foi estruturada em duas etapas. Na primeira foi realizada uma exploração da evolução da agenda midiática nos três períodos analisados. Na sequência, o foco será dado à ação dos empreendedores de causa que passaram a intervir na mídia como fontes de informação em temáticas relacionados à infodemia.

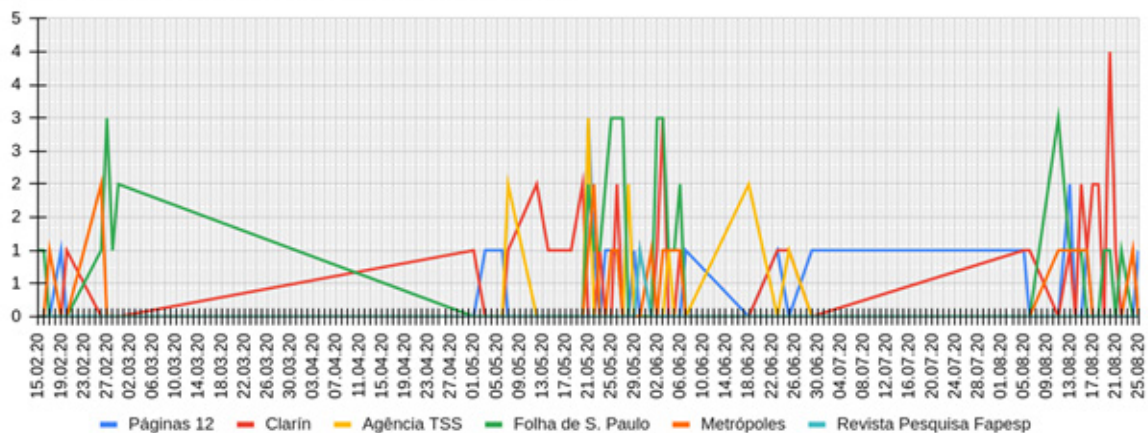
A evolução da agenda midiática

Um primeiro olhar sobre a evolução da cobertura (Gráfico 1) sobre o problema da infodemia nos dois países mostra que dois jornais - *Clarín* (Argentina) e *Folha de S. Paulo* (Brasil) - concentraram mais de 60% do conteúdo. Além disso, o pico na cobertura, na amostra selecionada, ocorreu no segundo período da análise, quando o epicentro da pandemia moveu-se da Europa para a América do Sul. Nesse momento, *Clarín* e *Folha* chegaram a publicar de 3 a 4 matérias por dia.

⁶ No original “the researcher identifies parameters which seem relevant to him given the issue he is studying; he then notes the presence or absence of each of them and their relative importance”. Tradução livre dos autores.

Gráfico 1 - Evolução do ritmo da cobertura, por veículo de mídia

Ritmo de cobertura (publicaciones por medio)



Do final de maio até a primeira semana de junho, a *Folha de S. Paulo* focou boa parte da cobertura no debate sobre a eficácia de tratamentos baseados em cloroquina/hidroxicloroquina, priorizando discursos que visavam contestar o uso do medicamento. Já o *Clarín* destacou, no mesmo período, os discursos de Trump e Bolsonaro em defesa desse tipo de tratamento. O jornal publicou, por exemplo, uma série de matérias sobre ciberativismo e infodemia no Brasil e nos Estados Unidos. É interessante destacar que, algumas semanas mais tarde, em 20 de agosto, o *Clarín* retomou a temática ao reportar a morte de dois argentinos, envenenados pelo uso não-autorizado de cloroquina.

Os dados mostram algumas diferenças importantes na forma como o tema da infodemia foi enquadrada nos dois países (Quadro 2). Na Argentina, o assunto foi bastante associado à difusão de desinformações e *fake news*. Também é possível ver uma dualidade entre os discursos científico e anticientífico. Esses diferentes posicionamentos, contudo, não se distribuem de forma equilibrada entre os diferentes veículos. Enquanto o discurso anti-ciência é bastante mediatizado pelo *Clarín*, será o portal especializado *Agencia TSS* o principal difusor de discursos de promoção da Ciência - o que parece coerente com a linha editorial do veículo. Ao mesmo tempo, essa mídia científica não vai se interessar por denúncias e desmentidos em relação às *fake news*, deixando esse debate a cargo dos veículos generalistas.

No Brasil, o discurso em torno da Ciência é geralmente utilizado como um contraponto à desinformação. Isso está particularmente presente nas matérias, que buscavam na Ciência argumentos para descredibilizar o debate sobre “falsos tratamentos” (eg. cloroquina). A cobertura brasileira também associou o tema ao campo das políticas

públicas, como sugere a recorrência da categoria Crise, que inclui a ausência de uma comunicação de crise efetiva durante os primeiros meses da pandemia, bem como o papel de Jair Bolsonaro na difusão de conteúdos anticientíficos ou contendo *mis* e desinformação. Isso inclui tanto a defesa da cloroquina, como as críticas feitas pelo presidente e membros do seu *staff* contra as medidas de distanciamento social e os *lockdowns*, decretadas pelos governos estaduais. No corpus, essa categoria também antecipa parte do debate sobre o desenvolvimento e aquisição de vacinas, que passa a integrar a agenda midiática de forma mais efetiva a partir de agosto de 2020 (período 3) e segue, até 2022, como uma das principais temáticas associadas à gestão federal da crise pandêmica.

A Geopolítica do vírus é pouco mobilizada no corpus. É interessante notar, contudo, diferenças na forma como ela aparece nas agendas midiáticas dos dois países. Enquanto no Brasil, o foco são as relações com a China (alvo de críticas e preconceitos por conta da origem do vírus) e, mais tarde, a Rússia Rússia (que anuncia, em agosto, a aprovação da vacina Sputnik); na Argentina, existe um interesse particular na circulação de teorias conspiracionistas a partir dos Estados Unidos e nas ações de combate à pandemia desenvolvidas pelo governo brasileiro.

Quadro 2 - Principais temáticas relacionadas à cobertura da infodemia
(n=67 na Argentina; n=63 no Brasil)

	Anticiência	Ciência	Crise	Fake news	Geopolítica da infodemia	Total
Página 12	2	1	4	9	3	19
Clarín	12	5	1	17	2	37
Agência TSS	0	6	2	0	3	11
Total Argentina	14	12	7	26	8	67
Folha de S. Paulo	4	15	11	10	3	43
Metrópoles	1	7	4	4	3	19
Revista Pesquisa Fapesp	0	1	0	0	0	1
Total Brasil	5	23	15	14	6	63

Relação estatisticamente significativa em $p < .00$ (força .29)

Os dados também mostram que, apesar da diferença em termos de volume de matérias, as mídias generalistas de cada país apresentaram um padrão similar no que diz respeito à cobertura do problema da infodemia, priorizando temáticas semelhantes. As diferenças são mais evidentes quando se observam os veículos especializados: uma participação tímida, quase inexpressiva, da *Revista Pesquisa Fapesp* e um esforço da *Agência TSS* em veicular matérias de legitimação do discurso da Ciência.

O papel dos “empreendedores de causa”

Em relação aos empreendedores de causa priorizados na cobertura de cada país, os dados sugerem que sua participação como fontes de informação teve como objetivo sustentar certas posições editoriais das mídias analisadas, ao mesmo tempo em que visam garantir uma suposta postura de “objetividade” no tratamento do tema (Cf. Tuchman, 1973). O primeiro dado que chama a atenção é a grande presença de fontes ao longo de toda cobertura: 65 das 67 matérias argentinas contaram com a algum tipo de fonte, número ligeiramente menor no Brasil (56 de 63).

De modo geral, tanto Brasil como Argentina mobilizaram fontes com algum tipo de identificação; em contraposição às anônimas, o que sugere uma cobertura, baseada na assunção de posicionamentos institucionais e explícitos por parte dos empreendedores de causa envolvidos no debate. Isso parece estar relacionado à forma como a agenda da infodemia foi construída: como uma espécie de debate (em alguns casos, confrontação) entre os campos político e científico. Nesse sentido, as fontes especializadas foram geralmente utilizadas para eventualmente reforçar (Argentina) ou contrapor (Argentina e Brasil) as versões oficiais dos governos federais (Quadros 3 e 4).

Também se observou uma importante presença de fontes oficiais em detrimento às não-oficiais, sobretudo no caso brasileiro (41 contra 11). A diferença parece estar ligada às especificidades dos sistemas midiáticos dos dois países. Tradicionalmente, o jornalismo brasileiro tem privilegiado a repercussão de declarações oficiais, incluindo em coberturas controversas ou que envolvam denunciar ou desmentir casos de desinformação (Cf. Becker & Góes, 2020; Chagas & Cruz, 2022). Na Argentina, observa-se um equilíbrio maior entre fontes oficiais e não-oficiais, particularmente no caso do *Clarín*, que estruturou boa parte da cobertura majoritariamente por meio de não-oficiais (29 contra 22 oficiais). Uma possível explicação para esse fato reside no posicionamento político do jornal de oposição ao governo de Alberto Fernández, bem como sua linha editorial, de um jornalismo mais popular. Por conta disso, o *Clarín* privilegiou fontes da sociedade civil - associações, médicos, meios de comunicação, cidadãos ordinários - como uma forma de contrapor as políticas estatais (ou ao menos criar vozes alternativas à visão oficial sobre a pandemia).

Quadro 3 - Presença de fontes no corpus pelo grau de oficialidade e especialização (n=65 na Argentina; n=53 no Brasil)

	Oficial	Especializada institucional	Especializada não-institucional	Não-oficial	Documentais
Página 12	12	4	2	11	4
Clarín	22	15	8	29	17
Agência TSS	6	6	1	7	6
Folha de S. Paulo	25	16	14	8	19
Metrópoles	15	6	3	3	10
Revista Pesquisa Fapesp	1	0	1	0	1

Categorias adaptadas de Lopes et al. (2012).

As fontes oficiais dividiram o debate com o agrupamento de fontes especializadas (institucionais e não-institucionais), originárias de setores médico e científico. No caso brasileiro, há também um forte uso de fontes documentais, como artigos de periódicos acadêmicos e relatórios de agências internacionais. Essa configuração de fontes, relativamente similar nos dois países, nos parece coerente com o contexto transnacional de uma crise pandêmica. Contudo, como se verá mais abaixo, diferenças importantes entre Argentina e Brasil serão observadas ao se detalhar os setores de origem desses empreendedores de causa.

O Quadro 4 revela a baixa recorrência de fontes anônimas na cobertura de temas relacionados à infodemia. Na leitura comparativa, observa-se algumas diferenças entre os dois países. A Argentina focou-se em fontes identificadas - em que o nome e a função das pessoas eram claramente informados na matéria. Já no Brasil, há um equilíbrio maior entre as fontes claramente identificadas e um segundo grupo de fontes, classificadas aqui como “reconhecíveis”, e que faz referência, por exemplo, a declarações feitas em nome de grupos, organizações e associações governamentais, internacionais, médicas, científicas etc. (Ver Apêndice).

Quadro 4 - Presença de fontes no corpus pelo grau de identificação
(n=65 na Argentina; n=53 no Brasil)

	Identificadas	Reconhecíveis	Anônimas
Página 12	18	5	1
Clarín	37	10	4
Agência TSS	11	1	0
Folha de S. Paulo	28	31	6
Metrópoles	14	14	0
Revista Pesquisa Fapesp	1	1	0

Categorias adaptadas de Lopes et al. (2012).

Em relação à origem geográfica das fontes, os dados sugerem que os empreendedores de causas internacionais assumiram um papel importante na promoção da infodemia (Quadro 5). Esses resultados reforçam nosso pressuposto inicial sobre a dimensão transnacional desse problema público. Essa circulação de informações a partir de atores internacionais está em consonância com o caráter global da pandemia e sugere também a existência de fluxos de circulação dos discursos sobre a desinformação. Ela revela a existência de processos de agendamento de temáticas originárias de atores transnacionais, como a OMS, em direção aos países afetados pela infodemia. Haveria, portanto, um processo de transferência” (“*transfert*”) desse problema público entre um exportador e um importador, sobre o qual se exerce importantes constrangimentos (Hassenteufel & Maillard, 2013).

Esse processo, contudo, vai além da relação entre dois estados nacionais, de forma que é possível falar em uma transferência em escala transnacional. De fato, a leitura do corpus revela uma configuração mais complexa de países envolvidos na promoção da desinformação científica (Brasil, Estados Unidos, Suécia, Venezuela), bem como uma forte intervenção da Organização Mundial de Saúde, que atua como um operador importante na denúncia do problema e na construção de políticas públicas transnacionais

para a infodemia. A difusão desses discursos em diferentes contextos nacionais, explica a evolução relativamente similar da agenda pública e midiática argentina e brasileira em relação a esse problema, graças ao trabalho de “tradução” dessas temáticas transnacionais por operadores nacionais (médicos, cientistas, jornalistas) (Hassenteufel e Maillard, 2013). Essas hipóteses sobre os possíveis fluxos transnacionais de circulação de um problema público merecem ser retomadas em outros estudos, pois revelam as formas de mobilização dos empreendedores de causa internacionais e as relações que estabelecem com seus equivalentes nacionais na promoção da temática da desinformação científica

Quadro 5 - Origem geográfica das fontes presentes na amostra

	Nacional	Internacional	Sem classificação geográfica	Total
Argentina	157	187	5	349
Brasil	137	82	4	223
Total	294	269	9	572

Um detalhamento das fontes por setor de origem mostra ainda que o debate sobre a infodemia foi dominado por quatro tipos principais de empreendedores de causa: cientistas, formuladores de políticas públicas, instituições governamentais e organizações internacionais (Quadro 6). Outro conjunto de atores relevantes tem sua origem do campo médico, o que inclui as associações médicas (Brasil) e médicos independentes (Argentina).

Quadro 6 - Origem geográfica das fontes presentes na amostra

Tipos de empreendedores de causa*	Página 12	Clarín	Agencia TSS	Folha de S. Paulo	Metrópolis	Revista Pesquisa Fapesp
Acadêmicos	5	7	7	14	6	1
Cidadãos comuns	1	6	1	2	0	0
Formuladores de políticas públicas	11	9	2	17	6	0
Pessoal médico	3	11	1	7	0	0
Mídia generalista	7	20	0	4	3	0
Mídia especializada	3	5	0	2	1	1
Revistas científicas	0	7	0	10	2	1
Instituições governamentais	8	17	4	18	8	0
Associações científicas	0	0	1	4	0	0
Associações de profissionais de saúde e hospitais	2	5	0	10	6	0
Organizações internacionais	3	13	3	16	6	1
Associações de profissionais sem relação com o campo da saúde	1	8	2	1	0	0
Universidades	0	2	3	2	3	0
Outros	6	12	0	7	3	0

*Categorias adaptadas de Stroobant et al. (2018)

Esta configuração de fontes sugere que a cobertura da infodemia foi marcada por uma dualidade entre duas grandes categorias de empreendedores de causa: as fontes originárias do meio médico científico e do meio político-governamental (o que inclui as instituições de governança internacional, como a OMS). É interessante destacar que praticamente não foram observadas co-ocorrências entre esses dois grupamentos de fontes em uma mesma matéria. Ou seja, não havia necessariamente uma preocupação em confrontar os discursos desses diferentes empreendedores na construção dos enquadramentos jornalísticos, mas de estruturar a cobertura como um espaço de repercussão de duas grandes ordens de discursos responsáveis pela promoção do problema da infodemia: a política e a ciência.

Um último grupo de resultados discute que tipo de temática cada grupo de empreendedores de causa buscou promover (e eventualmente denunciar) o problema público da infodemia (Quadro 7). Uma temática transversal aos discursos dos vários atores implicados no debate é a das Fake News. E, como esperado, a mídia generalista, enquanto empreendedor de causa, teve uma participação proporcionalmente alta nesse debate. Também chama a atenção o papel das organizações científicas e do meio acadêmico (sobretudo no Brasil) e de instituições políticas e de governança internacional na promoção do discurso da Ciência como um contraponto para o problema da desinformação.

Quadro 7 - Relação entre os setores de origem das fontes e as temáticas das matérias nas quais eles entrevistaram (n= 118)

Tipos de empreendedores de causa*	Anticiência	Ciência	Crise	Fake news	Geopolítica Da infodemia
Acadêmicos	2	14	10	12	2
Cidadãos comuns	2	1	4	3	0
Formuladores de políticas públicas	7	9	7	13	9
Pessoal médico	5	9	2	5	1

Mídia generalista	9	3	5	13	4
Mídia especializada	0	1	2	8	1
Revistas científicas	1	14	2	3	0
Instituições governamentais	11	16	8	15	5
Associações científicas	0	2	1	0	2
Associações de profissionais de saúde e hospitais	4	8	4	6	1
Organizações internacionais	5	15	5	11	6
Associações de profissionais sem relação com o campo da saúde	0	0	3	7	2
Universidades	0	4	1	5	0
Outros	5	4	5	13	1
Total	17	35	19	36	14

*Categorias adaptadas de Stroobant et al. (2018)

Apesar dessas tendências mais gerais, observa-se algumas variações na forma como os empreendedores de causa atuaram nos dois países. A cobertura da mídia argentina apresentou um número mais diversificado de atores sociais envolvidos na cobertura. Por sua vez, a cobertura brasileira utilizou-se bastante de resultados de pesquisas publicadas em revistas científicas. Essas fontes foram particularmente mobilizadas nos meses de maio-junho, frequentemente associados à categoria temática Ciência. Vários desses estudos foram utilizados para refutar a eficácia de falsos tratamentos: o uso de cloroquina, mas também da ozonioterapia, de remédios caseiros, curas religiosas etc.

Discussões e conclusões

Este artigo se propôs a discutir e comparar como a infodemia associada à da pandemia de Covid-19 foi midiaticizada na Argentina e no Brasil. Tendo como base na sociologia dos problemas públicos, analisou-se as representações veiculadas pela mídia generalista e especializada dos dois países sobre o tema, com um foco particular na forma como certos empreendedores de causa participaram da construção desse problema, atuando como fontes de informação.

É possível observar similaridades na maneira como a cobertura se configurou nas agendas midiáticas argentina e brasileira. Os ritmos de publicação de matérias sobre o problema da desinformação foram semelhantes, com um forte pico nos meses de maio de junho - em consonância com a evolução da própria pandemia. Nos dois países há um foco importante na promoção do discurso científico como forma de combater a desinformação. Mas, enquanto a mídia argentina focou sua atenção nos fluxos de conteúdos falsos e nas controvérsias entre discursos científicos e anticientíficos, os veículos jornalísticos brasileiros mobilizaram o discurso científico como uma ferramenta importante de combate à infodemia. Também observamos um esforço importante de promoção do problema da desinformação na esfera das políticas públicas no Brasil. De certa forma, a mídia generalista brasileira se preocupou em denunciar o papel do governo no contexto infodêmico. seja pela ausência de uma comunicação pública eficaz, seja pelo protagonismo assumido pelo presidente Bolsonaro e seus colaboradores mais próximos na divulgação de *fake news* e de conteúdos anticientíficos.

Isso sugere que, enquanto na Argentina, a mídia se posicionou como um espaço de mediação, responsável por endossar os discursos médico e governamental, no caso brasileiro, parece ter se consolidado uma espécie de aliança implícita entre dois grupos de atores - jornalistas e cientistas - que se autorreforçam como os produtores legítimos de um discurso credível e verdadeiro.

A análise mostra que o tema foi promovido nos dois países por um grupo similar de empreendedores de causa internacionais: OMS e cientistas. Isso parece reforçar nossa percepção inicial de que haveria um processo em curso de construção da infodemia como um problema público transnacional. O presidente Bolsonaro foi um importante operador nesse debate. Ele não só se destacou como o mais proeminente negacionista brasileiro, como foi bastante mencionado pela mídia argentina para introduzir o debate sobre a desinformação e os seus efeitos negativos na sociedade. Por isso, é possível dizer que Bolsonaro se engajou, de forma não-intencional, em um processo de co-agendamento entre os dois países em que alguns temas comuns - como o negacionismo da

pandemia e o uso da cloroquina no tratamento da doença - estiveram presentes nas agendas públicas argentina e brasileira.

Nos dois países, a infodemia foi discutida a partir de atores dos campos médico-científico e político-governamental. Essa constatação esconde, contudo, algumas diferenças importantes em relação ao papel dos empreendedores de causa nacionais. Se, na Argentina, essa cobertura privilegiou atores individuais - médicos e acadêmicos; no Brasil, observou-se também a participação de associações médicas e científicas, bem como a repercussão de resultados de estudos publicados em revistas científicas. Além disso, os médicos brasileiros se dividiram entre grupos de defensores e detratores dos tratamentos sem eficácia comprovada (e.g. cloroquina), o que sugere a existência de fraturas no interior do campo médico-científico desse país.

Outra diferença foi o protagonismo assumido pela mídia argentina como uma fonte frequentemente mobilizada na cobertura do tema. Isso sugere uma dinâmica importante de autorreferenciamento no interior do campo das mídias generalistas daquele país - ao mesmo tempo em que o portal especializado Agencia TSS teve uma participação proporcionalmente menor na promoção do problema da desinformação. No caso brasileiro, o debate sobre infodemia foi praticamente monopolizado pela mídia generalista. Isso talvez possa ser atribuído a um histórico recente de coberturas, no país, de temas ligados à saúde pública. Nos últimos cinco anos, o país enfrentou epidemias de dengue, febre amarela e Zika vírus, o que veio acompanhado de um aumento da circulação de conteúdos de desinformação e uma exigência de maior qualificação dos jornalistas de veículos de mídia generalistas em relação ao tema.

Este estudo traz algumas contribuições importantes no campo dos estudos de jornalismo. Primeiro, busca construir e operacionalizar uma metodologia de estudos sobre o papel da mídia na construção de problemas públicos ligados à Ciência e que pode ser aplicado a outras temáticas que vêm ganhando espaço na agenda midiática internacional (e.g. mudanças climáticas, proteção de dados pessoais, inteligência artificial etc.). Segundo, trata-se de um esforço em encontrar interfaces entre duas perspectivas teóricas que não costumam ser utilizadas em conjunto: a sociologia dos problemas públicos e os estudos de *agenda-setting* e *newsmaking*, particularmente os trabalhos sobre o papel das fontes de informação na construção do noticiário. Nesse sentido, pensar as fontes de informação como “empreendedores de causa”, não só permite operacionalizar este conceito e aplicá-lo aos estudos de jornalismo, como pode ser uma alternativa interessante a abordagens geralmente midiacêntricas sobre a produção da notícia - e que tendem definir as fontes como atores passivos nesse processo (Schlesinger, 1992). Finalmente, este estudo buscou, distanciar-se do olhar normativo e/ou naturalizado sobre

a desinformação, particularmente a científica, mostrando em que medida esse tema emerge no espaço público como resultado de um forte trabalho de promoção e legitimação realizado por atores diretamente envolvidos nesse debate - e não é, por acaso, que médicos, cientistas, decisores políticos e meios de comunicação tenham sido tão mobilizados na cobertura.

A pesquisa possui alguns desdobramentos possíveis. Um deles seria a ampliação da amostra, incluindo um período maior de análise - ou, eventualmente, a análise da cobertura da infodemia em outros contextos nacionais. Além disso, um estudo de caráter qualitativo, focado nos discursos da mídia e dos empreendedores de causa, poderia revelar melhor as estratégias discursivas desses atores na construção desse problema. Uma terceira possibilidade seria a realização de entrevistas em profundidade com alguns empreendedores de causa que emergiram da análise textual - o que nos permitiria compreender como eles representam suas práticas de promoção desse problema e quais são as estratégias mobilizadas por eles na construção de certos enquadramentos no espaço público. Essas pistas mostram que há um trabalho interessante a ser desenvolvido no interstício entre os estudos de jornalismo e a sociologia dos problemas públicos.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, A. (2011). On Models and Margins. Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. In. D. Hallin and P. Mancinni (Eds), *Comparing Media Systems Beyond the Western World*, (pp. 72-95). Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139005098.006>
- Bakir, V., McStay, A. (2018). Fake News and The Economy of Emotions Problems, causes, solutions. *Digital Journalism*, 6(2), 154-175. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>
- Barreto, H. M. R. (2018) *O mercado de comunicações brasileiro no contexto da convergência: análise das estratégias do Grupo Globo e da América Móvil*. [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32830>
- Bazaco, A; Redondo, M. & Sánchez-García, P. (2019): Clickbait as a strategy of viral journalism: conceptualisation and methods. *Revista Latina de Comunicación Social*, (74), 94-115. DOI: <https://doi.org/10.4185/RLCS-2018-1323en>
- Becker, B. & Goes, F. M. A. (2020). Fake News: Uma Definição Possível entre a Reflexão Crítica e a Experiência Jornalística. *Âncora*, 7(2), 34-53. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2020v7n2.47565>
- Best, F. (2010). Situation or Social Problem: The influence of events on media coverage of homelessness. *Social Problems*, 57(1), 74-91. DOI: <https://doi.org/10.1525/sp.2010.57.1.74>
- Blumer, H. (1971). Social problems as collective behavior. *Social Problems*, 18(3), p. 298–306.
- Braun, J.A., Eklund, J.L. (2019). Fake News, Real Money: Ad Tech Platforms, Profit-Driven Hoaxes, and the Business of Journalism. *Digital Journalism*, 7(1), p. 1-21. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2018.1556314>
- Chagas, L. J. V., & Cruz, M. C. da. (2022). Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. *Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*,

11(2), 108–123. <https://doi.org/10.25200/SLJ.v11.n2.2022.494>

- Clavero, J. (2018). Posverdad y exposición selectiva a fake news. Algunos ejemplos concretos de Argentina. *Contratexto*, (29), 167-180. DOI: <https://doi.org/10.26439/contratexto2018.n029.1857>
- Correia, J. C., Jerónimo, P., Gradim, A. (2019). Fake news: emotion, belief and reason in selective sharing in contexts of proximity. *Brazilian Journalism Research*, 15(3), 590-613. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1219>
- Del-Fresno-García, M. (2019). Desórdenes informativos: sobreexpuestos e infrainformados en la era de la posverdad. *El profesional de la información*, 28(3), e280302. DOI: <https://doi.org/10.3145/epi.2019.may.02>
- Delmazo, C., Valente, J C.L. (2018). Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, 18(32), 155-169. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_11
- Díaz Herrera, C. (2018). Investigación cualitativa y análisis de contenido temático. Orientación intelectual de revista. *Universum. Revista General de Información y Documentación*, 28(1), 119-142. DOI: <https://doi.org/10.5209/RGID.60813>
- Ganter, S. A., Paulino, F. O. (2021). Between attack and resilience: the ongoing institutionalization of independent digital journalism in Brazil. *Digital Journalism*, 9(2), 235-254. DOI: <https://10.1080/21670811.2020.1755331>
- Grohmann, R. (2020). A dança dialética do trabalho em uma cooperativa de jornalistas: o caso do Tiempo Argentino. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, 17(1), 169-181. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2020v17n1p169>
- Hallin, D. & Mancini, P (2004) *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hassenteufel, P. & de Maillard, J. (2013). Convergence, transferts et traduction: Les apports de la comparaison transnationale. *Gouvernement et action publique*, OL2, 377-393. DOI: <https://doi.org/10.3917/gap.133.0377>

- Hirschl, R. (2005). The Question of Case Selection in Comparative Constitutional Law. *The American Journal of Comparative Law*, 53(1),125-155. DOI: <https://doi.org/10.1093/ajcl/53.1.125>
- Humprecht, E. (2020). How Do They Debunk “Fake News”? A Cross-National Comparison of Transparency in Fact Checks. *Digital Journalism*, 8(3), 310-327. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1691031>
- INDEC. *National Institute of Statistics and Censuses* [database], 2021. Recuperado de <https://www.indec.gob.ar/>
- Informe Unesco (2020). *Periodismo, libertad de prensa y covid-19*. Recuperado de https://en.unesco.org/sites/default/files/unesco_covid_brief_es.pdf?fbclid=IwAR3S-gB-N1CTNnda5KH72S3ORtN9pXBJRmlxB81rLIYZiz1sHH3_mhQwS7KBU.
- Jefatura de Gabinete de Ministros (2020). *Secretaría de Medios y Comunicación Pública*. Recuperado de <https://www.argentina.gob.ar/jefatura>
- Lee, F. (2016). Impact of social media on opinion polarization in varying times. *Communication and the Public*, 1(1), 56-71. DOI: <https://doi.org/10.1177/2057047315617763>
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., Fernandes, L., Gomes, S. (2012). Transplantes em notícia: um jornalismo delineado em factos declinados por fontes oficiais. *Organicom*, 9(16-17), 328-348. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2012.139148>
- Malinverni, C. (2017). Uma epizootia, duas notícias: a febre amarela como epidemia e como não epidemia. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 11(2). DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i2.1339>
- Massarani, L; Bauer, M. W. & Amorim, L. (2013). Um raio X dos jornalistas de ciência: há uma nova ‘onda’ no jornalismo científico no Brasil?. *Comunicação & Sociedade*, (35), 1, 111- 129. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v35n1p111-129>.
- Mastrini, G-N. & Becerra, M. (2011). Estructura, concentración y transformaciones en los medios del Cono Sur latinoamericano. *Comunicar*, 26(36), 51-59. DOI: <https://doi.org/10.3916/C36-2011-02-05>

- McLean J. & Girling, G. (2017). Keeping science's seat at the decision-making table: Mechanisms to motivate policy-makers to keep using scientific information in the age of disinformation. *Facets*, 2, 1045–1064. DOI: <https://doi.org/10.1139/facets-2017-0087>
- Moraes, C. H.; Loose, E. B., Girardi, I. T. (2017). Dengue, zika e chikungunya: análise da cobertura do risco de doenças associadas às mudanças climáticas sob a ótica do jornalismo ambiental. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"*, 10(2), 120-132. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.4790>
- Moretzsohn, S. (2019). Chaff, wheat, filters, and bubbles: a discussion on fake news, journalism, credibility, and affections at network times. *Brazilian Journalism Research*, 15(3), p. 540-561. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1188>
- Neveu, E. (2015). *Sociologie des problèmes publics*. Paris: Armand Colin.
- Nielsen, R.; Fletcher, F.; Newman, N.; Brennen, S. & Howard, P. (2020, Apr. 15). *Navigating the 'infodemic': how people in six countries access and rate news and information about coronavirus*. Reuters Institute - University of Oxford. Recuperado de <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/infodemic-how-people-six-countries-access-and-rate-news-and-information-about-coronavirus>
- Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad (OCTS - OEI). (2019), Jun.) *Informe de Coyuntura*, (4). Recuperado de <http://octs.riicyt.org/coyuntura/coyuntura04.html>
- Organização Mundial da Saúde - OMS (2020a, Fev. 12). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on Ebola and COVID-19 outbreaks. Recuperado de <https://www.who.int/en/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-ebola-and-covid-19-outbreaks>
- Organização Mundial da Saúde - OMS (2020b, Mar. 11). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. Recuperado de <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>

- Piñuel Raigada, J. L. (2002). Epistemología, metodología y técnicas del análisis de contenido. *Estudios de sociolingüística: Linguas, sociedades e culturas*, 3(1), 1-42. Recuperado de https://www.ucm.es/data/cont/docs/268-2013-07-29-Pinuel_Raigada_AnalisisContenido_2002_EstudiosSociolingüísticaUVigo.pdf
- Polino, C. & Castelfranchi, Y. (2019). Percepción pública de la ciencia en Iberoamérica. Evidencias y desafíos de la agenda de corto plazo. *Revista CTS*, 14(42), 115-136. Recuperado de <http://ojs.revistacts.net/index.php/CTS/article/view/136/0>
- Renault, L. (2020). O telejornal vai à guerra: a cobertura da pandemia de coronavírus no Brasil sob ataques do governo. In C. Emerim, A. Pereira & I. Coutinho (eds.), *Telejornalismo Contemporâneo: 15 anos da Rede Telejor* (pp. 115-128). Florianópolis: Insular.
- Ricard, J., & Medeiros, J. (2020). Using misinformation as a political Weapon: Covid-19 and bolsonaro in Brazil. *The Harvard Kennedy School Misinformation Review*, 1(2), 1–6. doi: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-01>
- Salaverría R; Sádaba, C.; Breiner; J. G. & Warner, J. C. (2019). A Brave New Digital Journalism in Latin America. In: M. Túñez-López, V. A. Martínez-Fernández, X. López-García, X. Rúas-Araújo, F. Campos-Freire (eds.), *Communication: Innovation & Quality. Studies in Systems, Decision and Control* (pp. 229-247). Cham: Springer. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-91860-0_14
- Santos, J. G. B., Freitas, M., Aldé, A., Santos, K., Cunha, V., Cardoso, C. (2019) WhatsApp, política, mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. *Comunicação & Sociedade*, 41(2), 307-334. DOI: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v41n2p307-334>
- Scheufele D. & Krause, N. (2019). Science audiences, misinformation, and fake news. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(16), 7662-7669. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.18058711115>
- Schlesinger, P. (1990) Rethinking the sociology of journalism: source strategies and the limits of media-centrism. In: M. Ferguson (ed.) *Public Communication: The New Imperatives* (pp. 61-83). SAGE Publications: London.

- Spohr D. (2017). Fake news and ideological polarization: Filter bubbles and selective exposure on social media. *Business Information Review*, 34(3), 150-160. DOI: <https://doi.org/10.1177/0266382117722446>

- Stroobant, J.; De Dobbelaer, R.; Raeymaeckers, K. (2018). Tracing the Sources. A comparative content analysis of Belgian health news. *Journalism Practice*, 12(3), 344-361. DOI: <https://doi.org/10.1080/17512786.2017.1294027>

- Swire-Thompson, B. & Lazer, D. (2020) Public Health and Online Misinformation: Challenges and Recommendations. *Annual Review of Public Health*, 41, 433-451. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-040119-094127>

- Tandoc Jr., C. C., Lim, Z. W., Ling, R. (2018). Defining “Fake News”. A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, 6(2), 137-153. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>

- Tavares, L. P.; Oliveira Júnior, F. L. & Magalhães, M. 2020. Analysis of President Jair Bolsonaro’s Speeches in the Midst of the Pandemic: Is the Coronavirus Just a “little flu”. *Research, Society and Development* 9(7), e609974469. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4469>.

- Teixeira, A. (2018). *Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21972>

- Tuchman, G. (1978) *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press.

- Vigour, C. (2005). *La comparaison dans les sciences sociales Pratiques et méthodes*. Paris: La Découverte.

- Waisbord, S. (2018). Truth is What Happens to News on Journalism, Fake News, and Post-truth. *Journalism Studies*, 19(13), 1866-1878. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1492881>

- Wang, Y.; McKee, M.; Torbica, A. & Stuckler, D. (2019). Systematic Literature Review on

the Spread of Health-related Misinformation on Social Media. *Social Science & Medicine*, 240, DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112552>

- Zuazo, N. (2018). *Los dueños de Internet*. Buenos Aires, Penguin RH.
- Zunino, E. & Arcangeletti Yacanto, C. (2020). La cobertura mediática de la COVID-19 en la Argentina: un estudio sobre el tratamiento informativo de la pandemia en los principales medios online del país. *Prácticas de Oficio*, 1(25), 49-66. Recuperado de <http://revistas.ungs.edu.ar/index.php/po/article/view/31>

Apêndice – Livro de códigos

Grau de Oficialismo das Fontes*		
Código	Categoria	Significado
1	Oficiais	Fontes mantidas pelo Estado ou por instituições vinculadas ao Estado, bem como empresas e organizações. Essas fontes falam oficialmente em nome da organização a qual se vinculam
2	Especializadas institucionais	Fontes vinculadas a organizações (ex. universidades, associações médicas), mas que não falam em nome dessas organizações como presidentes ou porta-vozes - são mobilizadas como “especialistas” de uma temática específica’ (ex. um cientista da OMS).
3	Especializadas não-institucionais	Fontes especializadas que não estão associadas a nenhuma organização (ex.: um médico, um acadêmico, um infectologista)

4	Outras fontes não-oficiais	Fontes que não têm nenhum vínculo institucional, tampouco são reconhecidas como especialistas (ex.: cidadãos comuns)
5	Documentais	Documentos, artigos, relatórios, vídeos etc.
Identificação das fontes*		
1	Identificadas	O nome e função da pessoa aparece de forma explícita no texto
2	Reconhecíveis	Não é uma pessoa identificada que fala, mas uma organização ou coletivo reconhecível no texto (ex.: “A OMS disse”; “O governo acredita”; “Cientistas reforçam que”)
3	Anônimas / Não-identificadas	Categoria aplicada a fontes sigilosas ou declarações em <i>off the records</i> (ex. “Mensagens trocadas no aplicativo WhatsApp” “Uma fonte do governo que não quis se identificar”)
Setor de origem das fontes**		
1	Acadêmicos	
2	Cidadãos comuns	
3	Formuladores de políticas públicas	
4	Pessoal médico	
5	Mídia generalista	
6	Mídia especializada	
7	Revistas científicas	
8	Instituições governamentais	

9	Associações científicas
10	Associações de profissionais de saúde e hospitais
11	Organizações internacionais
12	Associações de profissionais sem relação com o campo da saúde
13	Universidades
14	Outros

* Adaptado de Lopes et al. (2012)

** Adaptado de Stroobant et al. (2018)